

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho) : Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Subsídio pago na conta de luz deve custar mais R\$ 1,4 bi.....	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	4
Título: Senado trava venda de distribuidoras da Eletrobras e leilão de petróleo	4
Título: Revisão pode elevar em R\$ 1,4 bi despesas com energia elétrica	6
Título: Investidores questionam retrocesso em lei de governança das estatais	7
Título: Agência reguladora dos EUA dá aval à cana transgênica brasileira.....	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	9
Título: Desconto do diesel pode se estender até fevereiro	9
Título: MPs da greve avançam na Câmara	10
Título: Samarco prevê retomar em 2019 operações	10
Título: Pela liberdade da venda de combustível	11
VEÍCULO: Correio Braziliense	13
Título: Conta de luz deve subir mais	13
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Cessão onerosa e Eletrobras sofrem bloqueio no Senado	13
Título: Com PL, distribuidoras teriam investidores interessados em leilão	16
Título: Relator quer estender subsídio ao diesel por até 3 meses.....	17
Título: Demanda por energia cresceu em setores mais afetados por greve de caminhoneiros	19
Título: Subsídios tarifários podem custar R\$ 1,4 bi a mais aos consumidores	20
Título: Fora dos trilhos	21
Título: Privatização da Petrobras, tema sensível entre os candidatos	23

Título: Novo governo deve manter agenda do setor, defende IBP	27
Título: Sindicatos ameaçam ir à Justiça contra nomeação na Eletrobras	28
Título: Cresce inadimplência no mercado de curto prazo	29
Título: Curtas	30
Título: Combate à poluição na China puxa cotação do minério	31
Título: Locações da BR Properties já superam total de 2017	33
Título: Lucro da PetroRio cresce 50% e totaliza R\$ 70,6 mi no 2º trimestre	34

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Manoel Ventura

Título: Subsídio pago na conta de luz deve custar mais R\$ 1,4 bi

Aneel propõe elevar encargos para R\$ 17,4 bi por causa de distribuidoras da Eletrobras. Impacto na tarifa seria de 1%

Brasília- A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quer aumentar ainda mais o total de subsídios pagos pelos consumidores nas contas de luz para bancar programas e medidas do governo. Inicialmente calculada em R\$ 16 bilhões, a conta dos subsídios para 2018 pode saltar para R\$ 17,4 bilhões. O principal motivo do aumento de R\$ 1,4 bilhão é a necessidade de bancar as distribuidoras da Eletrobras no Norte e Nordeste, que são deficitárias e que o governo tenta vender.

A gerente de projetos da consultoria PSR, Paula Valenzuela, estima um custo adicional de 1% nas tarifas de energia entre 2018 e 2019. Mas esse impacto varia de acordo com a região, a distribuidora e o tipo de consumidor (residencial ou industrial). Os reajustes também levam em conta outros fatores, como custo da compra de energia. Nos casos de Light e Enel Rio (antiga Ampla), que tiveram reajustes aprovados em março, o aumento nos subsídios só será repassado no próximo ano.

A proposta da diretoria da Aneel foi colocada em audiência pública ontem para receber sugestões até o fim de agosto — quando a agência tomará uma decisão

definitiva sobre o assunto. A revisão proposta será no orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), principal fundo do setor, pago por todos os consumidores por meio das contas de luz.

PERDAS DE R\$15 BILHÕES

A principal causa do aumento são os atrasos no processo de privatização das distribuidoras da Eletrobras que operam em Alagoas, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia e Piauí, esta última vendida em leilão no mês passado. Os consumidores de todo o país ajudam a manter essas empresas desde 2016, quando a Eletrobras decidiu vendê-las. Com o contrato de concessão vencido, a estatal aceitou manter a operação nos estados apenas se fosse ressarcida pelos prejuízos. A cobertura das perdas no período foi repassada para a conta de subsídios do setor elétrico. Com a venda atrasada, a ideia é aumentar subsídios.

Com exceção da distribuidora de Alagoas (por decisão judicial), o leilão das demais foi marcado para o próximo dia 30. Porém, o próprio governo considera que o sucesso do processo depende da aprovação de um projeto de lei. Já aprovado na Câmara, o texto não tem data para ser votado no Senado, onde enfrenta forte resistência de caciques do MDB. As distribuidoras totalizam R\$ 35,3 bilhões em dívidas, segundo o BNDES. Os prejuízos acumulados chegaram a R\$ 15,4 bilhões em cinco anos até 2016.

— Os encargos setoriais têm impacto muito significativo nas tarifas. Os subsídios são um problema crônico no setor elétrico. O reajuste no orçamento da CDE é mais um sintoma de que esse assunto precisa ser enfrentado de maneira efetiva — disse o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino.

Moreira defende privatizar

Ao abrir um evento sobre energia eólica ontem no Rio, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, se disse otimista em relação ao plano do governo de privatizar, ainda este mês, cinco distribuidoras da Eletrobras nas regiões Norte e Nordeste, a exemplo do que foi feito no mês passado com a Cepisa, distribuidora de energia do Piauí.

Ele classificou de "apartheid energético" a situação em que consumidores de todo o país pagam mais caro pela energia para subsidiar o déficit dessas distribuidoras.

Moreira voltou a defender a ampliação do mercado livre de energia, no qual os consumidores podem escolher de que empresa comprara energia, como forma de criar competição no setor e reduzir os custos das tarifas. Hoje, apenas grandes e médios consumidores têm essa opção. Em 2017, o governo chegou a encaminhar ao Congresso uma proposta nesse sentido. (Ramona Ordóñez)

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Bernardo Caram e Nicola Pamplona****Título: Senado trava venda de distribuidoras da Eletrobras e leilão de petróleo**

Parlamentares do próprio MDB, partido do governo, argumentam que não há clima para projetos polêmicos

BRASÍLIA E RIO DE JANEIRO- O Senado deve colocar na gaveta, ao menos até as eleições de outubro, projetos prioritários do governo Michel Temer, como o que viabiliza a venda de distribuidoras da Eletrobras e o que autoriza a Petrobras a negociar áreas do pré-sal.

Nesta terça-feira (7), líderes partidários se reuniram com o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), para discutir o que será colocado em pauta no plenário no esforço concentrado para votar projetos antes das eleições.

A conclusão do encontro, relataram senadores, foi que apenas serão colocadas em votação propostas que têm consenso absoluto na Casa. Projetos que tiverem qualquer divergência entre os parlamentares não serão votados.

"Nada que tenha polêmica — e esses temas são polêmicos — será submetido à votação no Senado. Acredito que há um sentimento muito semelhante na Câmara", afirmou o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). "Não tem clima, nem quórum", disse.

Líder da minoria na Casa, o senador Humberto Costa (PT-PE) afirmou que deve ficar para o presidente que vencer nas urnas em outubro a definição sobre qual será a pauta prioritária do Congresso.

"Nada mais justo que o Congresso Nacional deixe que o presidente eleito possa externar suas opiniões", disse.

Com a decisão, deve ficar travado o processo de privatização de distribuidoras da Eletrobras em seis estados do Norte e Nordeste.

O projeto, que foi aprovado pela Câmara e aguarda deliberação do Senado, equaciona pendências judiciais e débitos das distribuidoras.

A medida é considerada essencial para atrair investidores para a compra dessas empresas — o que também destravaria a venda da Eletrobras. Sem a privatização, o governo afirma que as distribuidoras podem ser liquidadas.

O texto sofre resistência não só da oposição. Parlamentares do partido de Temer, como Eduardo Braga (MDB-AM) e Renan Calheiros (MDB-AL) são críticos à proposta.

Para Braga, o governo precisa recuperar as empresas para depois vendê-las. Calheiros argumenta que as distribuidoras serão vendidas a preços muito baixos.

"Eu, sinceramente, acho que não tem sentido o governo correndo contra o tempo na reta final para se desfazer do patrimônio público a preço de banana", disse Renan Calheiros em fala à Rádio Senado.

Outro projeto que deve ficar parado é o que altera as regras do pré-sal e permite que outras empresas possam operar nos blocos hoje controlados pela Petrobras, no acordo conhecido como cessão onerosa.

A proposta tem o objetivo de abrir caminho para que o governo faça um leilão de blocos que, pelos cálculos da equipe econômica, pode levantar mais de R\$ 100 bilhões para o caixa da União.

Até as eleições, o presidente do Senado disse que pretende fazer três semanas de esforço concentrado, mas admitiu que será mais fácil colocar em votação projetos demandados por senadores nas em segurança, saúde e educação.

Eunício disse que os líderes partidários não apresentaram assinaturas suficientes para colocar os projetos das distribuidoras e da cessão onerosa em regime de urgência.

"É natural que em matérias dessa magnitude a gente tenha que fazer o mínimo de debate. [...] Precisam ser preparadas para vir à pauta, são matérias polêmicas que terão um debate mais amplo", disse.

Numa tentativa de manter a agenda econômica do Planalto, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, disse que o governo chamará o presidente do Senado para pressionar contra a proposta de engavetar pautas prioritárias para votação apenas depois das eleições.

"A expectativa que tenho é que a decisão ainda possa ser revista. Precisamos avançar", disse, quando questionado em entrevista sobre a suspensão da tramitação dos projetos.

Moreira Franco contou que pediu ao presidente Temer que converse com Eunício para tentar colocar o projeto em votação. "É importantíssimo que a gente possa fazer esse leilão. Temos que acabar com o apartheid energético, em que temos parte da população pagando um preço que não se justifica", disse.

Franco ressaltou que no único leilão realizado até agora, da Eletrobras Piauí, a proposta vencedora, da Equatorial Energia, teve desconto de 8,5% sobre a tarifa proposta.

O governo tenta vender outras cinco empresas, que operam em estados do Norte e Nordeste. Uma delas depende também de decisão no STF (Supremo Tribunal Federal), que concedeu liminar favorável ao governo de Alagoas.

Sobre a instalação de térmicas no Nordeste, em análise, o ministro disse que deve ser baseado "na aritmética e não na ideologia".

A declaração é uma resposta do governo à pressão de políticos do MDB, que querem as usinas o quanto antes, mesmo que financiadas pelo chamado leilão de reserva, certame em que a União compra a energia para viabilizar o empreendimento e repassa o custo para conta de luz.

"Temos que usar aritmética e não ideologia. Não é o fato de querer, não dá para impor ao consumidor pagar por aquilo que ele não vai consumir. Isso não é justo", disse.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Laís Alegretti

Título: Revisão pode elevar em R\$ 1,4 bi despesas com energia elétrica

Brasília- A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) propôs nesta terça-feira (7) uma alteração no orçamento da CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) que prevê aumento de R\$ 1,4 bilhão em valores pagos pelas distribuidoras. O custo é repassado aos consumidores por meio da conta de luz.

Aprovada pela diretoria da agência, a proposta passará agora por audiência pública, que começa nesta quarta-feira (8) e vai até o próximo dia 28. Mesmo assim, os processos de revisão e reajustes tarifários que ocorrem a partir desta terça-feira já serão impactos por essa mudança, segundo a Aneel.

No caso das distribuidoras que já tiveram aumentos aprovados neste ano, o novo custo será repassado para as tarifas em 2019.

De acordo com o texto aprovado nesta terça, o orçamento da CDE de 2018 passa a ser de R\$ 19,6 bilhões.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Ana Paula Ragazzi

Título: Investidores questionam retrocesso em lei de governança das estatais

São Paulo- A Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec) manifestou-se publicamente contra as alterações na Lei 13.303, que trata da governança corporativa das estatais.

Em julho, a Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei para permitir a eleição de dirigentes partidários e outros agentes políticos pra cargos de direção nessas empresas públicas.

O veto a essas indicações presente na lei era considerado pelo mercado como um dos principais avanços da legislação para deter a influência política na gestão dos negócios. Agora, a questão deverá ser apreciada pelo Senado.

A Amec conta com 60 associados, entre eles as maiores gestoras de recursos do país, ligadas a bancos (Bradesco, BTG, Itaú; Santander); ou independentes, como Verde e XB Reúne ainda fundos de pensão, Petros e Fundação Cesp; e a BNDESpar, braço de investimentos do BNDES.

A Amec considerou a derrubada do veto a indicações políticas como "equivocada" e um "retrocesso". E fez um apelo público para para que o Senado reverta essa decisão.

"Ao invés de retroceder a uma época de indicações políticas indiscriminadas, nossos associados consideram importante continuar progredindo na melhoria das práticas de governança das estatais", diz o texto.

A manifestação se soma a outras, como a divulgada pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), que também chamou a medida de retrocesso.

A lei das estatais foi pensada exatamente para evitar que os políticos tenham influência indevida nessas empresas. Ela foi publicada em 30 de junho de 2016, com um prazo de 24 meses para que as companhias se adaptassem.

Até hoje, apenas as grandes, como Petrobras e Eletrobras, que tornaram-se vitrines após escândalos de uso político de suas estruturas, já estavam seguindo as normas.

Mas o problema das indicações continuava em empresas ligadas a governos estaduais. Não passou nem um mês desde que a lei começou de fato a valer e os deputados votaram pela retirada do veto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Marcelo Toledo

Título: Agência reguladora dos EUA dá aval à cana transgênica brasileira

Ribeirão Preto- AFDA (agência americana de fiscalização e regulamentação de alimentos e remédios) concluiu nesta terça-feira (7) que o açúcar produzido com cana geneticamente modificada é seguro para o consumo.

A variedade é resistente à broca, praga que gera prejuízo anual de R\$ 5 bilhões ao setor sucroenergético.

Em março, a Health Canada já tinha aprovado o uso do açúcar oriundo da cana transgênica brasileira, desenvolvida pelo CTC (Centro de Tecnologia Canavieira).

Agora, o centro aguarda a liberação do Japão. Os três mercados são considerados importantes pela credibilidade científica.

A cana transgênica desenvolvida pelo CTC, a primeira transgênica do mundo, obteve em junho do ano passado aprovação da CTNBio (Comissão Técnica Nacional de Biossegurança), ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para uso comercial.

A aprovação ocorreu após sete anos e meio de estudos.

"Iniciamos o processo de avaliação internacional em vários países, principalmente naqueles que são importadores de cana. Ter uma avaliação positiva quanto à segurança e à avaliação do açúcar é muito importante",

afirmou Viler Correa Janeiro, diretor de etanol celulósico e assuntos corporativos do CTC.

Indonésia, Índia e Rússia também já receberam as informações técnicas. O Brasil exporta açúcar atualmente para cerca de 150 países.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lu Aiko Otta / BRASÍLIA

Título: Desconto do diesel pode se estender até fevereiro

Relator de MP negocia ampliação do prazo com o Planalto para evitar que o próximo governo tenha problemas no início do mandato

A política que garante um desconto de R\$ 0,30 por litro de diesel bancado pelo governo federal, prevista para vigorar somente até o dia 31 de dezembro, poderá ser estendida por pelo menos mais dois meses, para não pegar o futuro governo numa “saia-justa muito acentuada”. Foi o que informou o relator Medida Provisória (MP) 838, que cria esse mecanismo, deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP).

Ele negocia com o Executivo a inclusão de verbas no Orçamento de 2019 para manter a política de preços por mais algum tempo, de forma a dar tempo para o novo governo decidir se mantém ou não o pagamento da subvenção. “É uma questão que preocupa muito”, disse o deputado, referindo-se ao fim do subsídio neste ano. Ele explicou que a inclusão de recursos no Orçamento de 2019 é uma possibilidade em análise. Outra é incluir no Orçamento deste ano e deixar os recursos para quitar o gasto com o subsídio no ano que vem, na forma de “restos a pagar”.

O deputado deve apresentar hoje seu relatório para a MP 838. É provável que ela seja fundida com outra MP, a 847, editada na semana passada. “Entendo que a 847 faz ajustes importantes na 838”, comentou. A MP 847 restringe o subsídio de R\$ 0,30 ao diesel ao combustível de uso rodoviário. Dessa forma, corrige uma falha de redação da MP 838, que não trouxe essa especificação, de forma que o texto permite o pagamento de subsídio ao diesel marítimo e ao ferroviário.

Porém, o cálculo que indicou gastos de até R\$ 9,5 bilhões este ano com a política de preços considerou apenas o rodoviário. Outro aperfeiçoamento da MP 847 foi estender o subsídio ao diesel importado. Importadoras haviam entrado na Justiça, alegando discriminação em relação à Petrobrás.

Repercussão.

A perspectiva de fim da política do diesel sem um sinal claro sobre o que virá em seguida é uma das principais preocupações dos caminhoneiros, disse o presidente da Federação dos Caminhoneiros Autônomos de Cargas em Geral de São Paulo, Norival de Almeida Silva.

Ele participou ontem de uma audiência pública no Senado que discutiu a MP 838. O presidente da Associação Nacional das Distribuidoras de Combustíveis, Lubrificantes, Logística e Conveniências (Plural), Leonardo Gadotti, afirmou que o controle de preços significa um retrocesso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: MPs da greve avançam na Câmara

A Câmara aprovou ontem medidas provisórias que foram negociadas pelo governo para encerrar a greve dos caminhoneiros. Foram aprovadas a MP 837, que determina que a Companhia Nacional de Abastecimento deve contratar um mínimo de 30% dos serviços de transporte de grãos com cooperativas e associações de transportadores autônomos; a MP 833 que garante a isenção do pedágio para o eixo suspenso; e a MP 837 que cria uma indenização temporária para o policial rodoviário federal por ter trabalhado durante sua folga.

CAMILA TURTELLI

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Samarco prevê retomar em 2019 operações

A Samarco prevê obter em 2019 todas as licenças necessárias para retomar sua produção de minério de ferro em Mariana (MG), onde uma de suas barragens de rejeitos se rompeu, causando um dos maiores acidentes ambientais do mundo, e a paralisação de suas atividades desde novembro de 2015. A mineradora, joint venture entre a brasileira Vale e a angloaustraliana BHP Billiton, já tinha dado outras previsões de retorno às operações, que não foram concretizadas.

O rompimento da barragem deixou 19 mortos, centenas de desabrigados e poluiu o rio Doce, de Mariana ao litoral do Espírito Santo. O órgão ambiental de

Minas Gerais (Semad), responsável pelas licenças, prevê concluir análises para eventual concessão das licenças no primeiro semestre de 2019. Para retornar as operações, a Samarco precisa concluir o processo de licenciamento da Cava Alegria Sul, que irá receber os rejeitos de minério, além de uma Licença de Operação Corretiva (LOC).

“A Samarco tem trabalhado para voltar suas operações de forma responsável, com máxima segurança e apoio das comunidades”, disse a Samarco, em nota. A BHP disse, em comunicado, que “está comprometida com o reinício seguro da Samarco”. A Vale não comentou.

REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor: Antonio Cabrera

Título: Pela liberdade da venda de combustível

"Só os homens de bem podem amar vigorosamente a liberdade; os demais amam, não a liberdade, mas a licença" (John Milton)

A sabedoria rural ensina que na maioria das vezes aquilo que a natureza nos presenteia a burocracia ou o governo nos toma. Não custa lembrar que hoje nossos agricultores e pecuaristas cumprem os mais rigorosos regulamentos do mundo na questão ambiental, tornando o Brasil um grande detentor de ativos ambientais. Assim, quase nenhum país no mundo pode produzir uma proteína animal ou vegetal com preços melhores e sendo tão amigável com o meio ambiente como em nossos campos. Não bastasse isso, além de ser um dos maiores produtores e exportadores de alimentos, o Brasil é considerado o País mais avançado na área de biocombustíveis.

A realidade é que cada brasileiro pode diariamente abastecer seu carro com um combustível que pouco tempo antes era apenas água, gás carbônico na atmosfera e a luz do sol nas folhas da cana-de-açúcar. Mas esta notável atividade tem enfrentado uma praga extremamente resistente em suas lavouras. Trata-se de uma enraizada burocracia, uma das piores filhas dos controles do Estado. Exemplo é a Lei 9.956 sancionada em 2000 pelo presidente Fernando Henrique Cardoso e que, desde então, proíbe o funcionamento de bombas de autosserviço em todo o território nacional e aplica multas – e até fechamento do posto – se descumprida.

Tentar segurar o emprego barrando a inovação tecnológica é uma explicação confortável dada pelos políticos, mas de efeitos desastrosos no preço final de

nosso combustível. Que tal deixar a critério do consumidor se ele prefere ou não fazer o seu próprio atendimento?

A obrigação da manutenção do frentista é um fator de encarecimento do etanol brasileiro. Não bastasse isso, aberração maior é a proibição da venda de etanol de uma usina produtora para um posto de combustível. Nossa legislação obriga que esta comercialização deve ser realizada obrigatoriamente por intermediários, que são as distribuidoras de combustíveis, impondo aos brasileiros um custo injustificável e um verdadeiro passeio do etanol por todo o Brasil.

Mesmo que uma usina esteja mais próxima do posto, ela é obrigada a levar o produto até a distribuidora. Ora, ninguém é contra a presença da distribuidora no mercado de combustíveis, mas a compra e venda deve ser liberada oferecendo a verdadeira concorrência entre produtores, distribuidoras e postos, o que promoverá fortes ganhos ao consumidor final. Neste sentido, é muito bem-vindo o projeto de lei do deputado federal Mendonça Filho (DEM) que libera a venda direta do etanol hidratado das usinas/destilarias para os postos.

Segundo o autor, a "medida representa uma redução de até 10% do preço do produto ao consumidor". O Brasil é pródigo em impor proibições e regulações no setor produtivo, mas esta imposição legal da intermediação do etanol pelas distribuidoras gera custos mais altos, rotas mais extensas e uma ineficiência em todo o ciclo de produção do etanol hidratado. É assombroso que o mundo todo se esforça e empreende somas consideráveis de recursos para destruir os obstáculos naturais que separam as pessoas, promovendo a sua integração por meio de estradas modernas, viadutos de longo alcance e tecnologias que facilitam o trânsito de mercadorias.

Mas aqui no Brasil, com poucas publicações no Diário Oficial substituímos estes obstáculos por estas portarias e regulamentos absurdos. Forçar o produtor de etanol a se sujeitar à estrutura burocrática do Estado é um erro abissal que precisa ser rapidamente corrigido. A história já ensinou o caminho, mas infelizmente temos sido maus alunos. A liberdade de produzir e comercializar é a força que limpa a pobreza em todo o mundo. Mais do que isso, é a ferramenta mais confiável para tornar o nosso combustível um produto com preço acessível e de maneira sustentável.

EX-MINISTRO DA AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni****Título: Conta de luz deve subir mais**

Não bastassem os reajustes médios de 15% nas tarifas de energia deste ano, as faturas ainda podem ficar, aproximadamente, 1% mais caras. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) decidiu abrir uma audiência pública, a partir de hoje, para discutir uma proposta de revisão do orçamento de 2018 da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), que prevê aumento de R\$ 1,446 bilhão nas cotas anuais a serem pagas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica. Esses recursos, na prática, saem do bolso dos consumidores.

A decisão foi aprovada ontem pela diretoria da agência, depois que a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), gestora da CDE, informou que o orçamento já aprovado, de R\$ 18,8 bilhões, não vai cobrir as despesas do fundo. Segundo a CCEE, o déficit decorre “da redução da disponibilidade de recursos provenientes da Reserva Global de Reversão (RGR) e, principalmente, do aumento dos benefícios tarifários concedidos aos consumidores de energia de fontes incentivadas”.

Se a proposta passar, o orçamento final de 2018 ficará em R\$ 19,6 bilhões. Conforme cálculo do presidente do Instituto Acende Brasil, Cláudio Sales, dividindo-se o valor de R\$ 1,446 bilhão pela receita total do setor, o impacto na tarifa será de cerca de 1%. “Mas isso é uma conta aproximada, porque há variação conforme a distribuidora. As concessionárias do Norte e Nordeste, por exemplo, contribuem, na CDE, com apenas 25% do que pagam as empresas das outras regiões. Portanto, o peso vai ser maior para os consumidores das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste”, explicou.

O especialista ressaltou que o orçamento da CDE garante vários subsídios, entre eles, fontes incentivadas, consumidores de baixa renda, uso na irrigação, entre outros. “A CDE embute quase todos os encargos do setor elétrico e tem um orçamento anual no qual se prevê o custo dos diversos subsídios custeados pelo fundo. Uma das fontes de pagamento é o consumidor”, ressaltou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Vandson Lima, Daniel Rittner e Fabio Murakawa | De Brasília****Título: Cessão onerosa e Eletrobras sofrem bloqueio no Senado**

O governo sofreu ontem um duro revés com a decisão do Senado de votar apenas depois das eleições dois projetos de lei - o da cessão onerosa e o das distribuidoras da Eletrobras - que estavam na lista de prioridades do Palácio do Planalto. Se não for revertida nos próximos dias, a indefinição política em torno das duas propostas praticamente enterra os planos de organizar um megaleilão do pré-sal ainda neste ano e de vender no fim de agosto mais quatro distribuidoras de energia controladas pela estatal.

Os planos do governo começaram a ruir na reunião de líderes do Senado, que chegaram ao consenso de deliberar sobre projetos controversos somente depois de escolhido um novo presidente da República. "Nada que tenha qualquer polêmica, e esses dois temas são polêmicos, será submetido a votação. Recomenda o bom senso que possamos esperar a vontade soberana do povo. Aí sim, teremos a pauta desse novo governo", apontou o vice-presidente do Senado, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), logo após deixar a reunião.

A perspectiva de uma definição rápida sobre a cessão onerosa no pré-sal e as distribuidoras da Eletrobras ficou ainda mais distante com a iniciativa do presidente da Casa, Eunício Oliveira (MDB-CE), de encaminhar os dois projetos de lei para análise das comissões técnicas. "Essas matérias chegaram aqui no final do semestre passado. E é natural que tenhamos de fazer um mínimo de debate de propostas dessa magnitude. São matérias polêmicas e elas terão um debate mais amplo", justificou Eunício.

Nos bastidores, o clima no Ministério de Minas e Energia era de perplexidade e decepção. Havia otimismo quanto à votação dos dois PLs na primeira quinzena de agosto. A aprovação até meados do mês era considerada fundamental para permitir o leilão de excedentes de petróleo nos seis blocos da cessão onerosa até o fim deste ano. O certame pode render mais de R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Para organizar os preparativos da disputa, no entanto, o ministério calcula pelo menos três a quatro meses após a sanção do projeto de lei.

A venda de outras quatro distribuidoras da Eletrobras, marcada para o dia 30 de agosto, também depende de projeto para resolver passivos das empresas e dar mais atratividade ao negócio. Só a Cepisa (PI), mais saudável entre todas as distribuidoras, foi leiloada até agora. Sem o PL, a privatização da Amazonas Energia fica inviável. Outras três empresas - Boa Vista (RR), Ceron (RO) e Eletroacre (AC) - também estão no pacote. "Vamos ver se alguma delas ainda tem o mínimo de viabilidade", disse reservadamente uma autoridade do setor elétrico.

Assessores presidenciais se recusaram a jogar oficialmente a toalha. O ministro Carlos Marun (Secretaria de Governo), articulador do Planalto com o Congresso Nacional, tentou amenizar a derrota. "Não desistimos de nada", garantiu

Marun. "Nossas prioridades no Senado Federal continuam sendo a cessão onerosa e a questão das distribuidoras da Eletrobras. Temos a convicção que chegaremos a bom termo para que isso possa ser votado o mais rápido possível, nesta semana ou na outra, ainda em agosto."

Moreira Franco (Minas e Energia), um dos auxiliares mais próximos do presidente Michel Temer, disse esperar que o adiamento da votação pelo Senado ainda possa ser revertido. Ele relatou ter pedido ao presidente para conversar com Eunício sobre o assunto e afirmou que ele mesmo fará um apelo ao senador. Moreira admitiu dificuldades na negociação, mas acrescentou que "conversa e caldo de galinha não fazem mal a ninguém". "Não é uma questão do governo atual ou futuro. É uma questão do país. O país precisa avançar."

Os dois projetos de lei já foram aprovados na Câmara dos Deputados. Por causa das eleições, o Senado está em regime de esforço concentrado. Reúne-se esta semana e só deve voltar a se encontrar na última semana de agosto e em uma semana do mês de setembro. A votação dessas duas matérias diretamente em plenário dependeria da aprovação de requerimentos de urgência.

Há resistências, no entanto, espalhadas pela base aliada e no próprio partido de Temer. Dois dos senadores mais influentes do MDB se posicionam abertamente contra o PL das distribuidoras da Eletrobras. "Eu, sinceramente, acho que não tem sentido o governo correndo contra o tempo na reta final para se desfazer do patrimônio público a preço de banana", disse Renan Calheiros (AL).

Eduardo Braga (AM), ex-ministro de Minas e Energia, foi contundente na crítica ao projeto e alerta para o risco de um "tarifaço" no Amazonas. "Algumas empresas estão em condições de ser privatizadas. Outras, não. É o caso da Amazonas Energia. Não existem condições econômicas, nem regulatórias. A dívida da empresa é de R\$ 20 bilhões e o PL só resolve R\$ 7 bilhões", afirma.

"Outros R\$ 13 bilhões ficariam para o consumidor amazonense. Nós já temos a terceira tarifa de energia mais cara do Brasil e ela ficaria impagável", completa Braga. Para ele, não há como votar o projeto do jeito que está. "Ou a União prepara efetivamente a Amazonas Energia para ser comercializada ou o consumidor vai pagar um preço muito alto pela privatização. A modelagem está errada. Ela foi feita para uma empresa como a Cepisa, Celg ou Eletroacre", conclui o emedebista. **(Colaboraram Carla Araújo, de Brasília, e Rodrigo Polito, do Rio)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e Camila Maia | Do Rio e de São Paulo****Título: Com PL, distribuidoras teriam investidores interessados em leilão**

O mercado de energia elétrica enxerga interesse de companhias e até de disputa no leilão das quatro distribuidoras da Eletrobras localizadas no Norte - Amazonas Distribuidora de Energia (AM), Ceron (RO), Boa Vista Energia (RR) e Eletroacre (AC) -, marcado para 30 de agosto na B3. A não realização do leilão e consequente liquidação das concessões, porém, seria "catastrófica" para o setor, podendo deixar os mais de 10 milhões de habitantes desses Estados sem um fornecedor de energia a partir de 2019.

Na avaliação de especialistas e executivos do setor, o baixo quórum do leilão da distribuidora piauiense Cepisa, no fim de julho, vencido pela Equatorial Energia, única participante, não pode ser encarado necessariamente como um termômetro para as próximas licitações, pois os ativos são diferentes.

"Cada empresa analisamos de forma individualizada. As condições que são colocadas em cada empresa variam muito. Algumas empresas têm mais dívida, outra tem mais contingência, a questão da distância do nível regulatório [estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)] é diferente", disse o executivo de uma empresa do setor. "Cada empresa está de um jeito. Então cada análise é feita de um jeito. Continuamos avaliando as empresas que têm leilão previsto para o fim de agosto".

Um fator determinante para o sucesso do leilão das distribuidoras do Norte é, de fato, a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei (PL) que garante neutralidade de custos e soluciona pendências financeiras dessas empresas para o próximo controlador. A expectativa do governo é que o PL seja aprovado antes do leilão. "Para elas [distribuidoras] serem viabilizadas, é preciso aprovar o PL", disse o executivo.

Mesmo as distribuidoras Ceron e Eletroacre, que não dependem diretamente do PL para serem viáveis, ficam consideravelmente mais "atrativas" com a mudança na legislação.

A não aprovação do PL é um cenário temido pelo setor elétrico pois não há "plano B" para as concessões desses estados. O mesmo vale para a Ceal, do Alagoas, cuja privatização está vetada por uma liminar do Supremo Tribunal de Justiça (STF). Juntas, as três concessões têm mais de 3 milhões de unidades consumidoras, que ficarão sem um concessionário de energia a partir de janeiro, caso a privatização não saia. Sem recursos para investir nessas

empresas, a Eletrobras devolveu as concessões em julho de 2016, e está prestando o serviço apenas como "designada".

O cenário também é péssimo para a Eletrobras, que teria um custo de R\$ 21 bilhões com a liquidação das concessões.

Para o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, professor Nivalde de Castro, o fato de a Equatorial ter sido a única participante do leilão da Cepisa não indica necessariamente que as distribuidoras da Eletrobras não são atrativas. "O prêmio pago pela Equatorial Energia mostrou que ela via atratividade na Cepisa", disse o especialista.

Segundo ele, os demais grupos de energia do país estão olhando as outras empresas da Eletrobras. Há interesse também pela Ceal, cuja privatização está suspensa por liminar do ministro do STF Ricardo Lewandowski, no contexto de uma disputa entre o governo do Estado e a União.

Para Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, a participação de uma única empresa no leilão da Cepisa não foi algo negativo. "Havia uma conjuntura apertada e alguns players já tinham se posicionado em outros ativos [Como a Enel, que adquiriu recentemente a Eletropaulo]. Todas as distribuidoras da Eletrobras são difíceis, mas seguramente as empresas estão olhando para elas", disse.

Centrais sindicais, contrárias à privatização das distribuidoras, porém, têm trabalhado junto aos senadores para tentar evitar a votação do projeto, pelos menos antes das eleições, o que já comprometeria o leilão previsto para o fim deste mês. "Estamos indo aos gabinetes dos senadores", disse Nailor Gato, vice-presidente da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e presidente do Sindicato dos Urbanitários de Rondônia (Sindur-RO).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Fabio Murakawa | De Brasília

Título: Relator quer estender subsídio ao diesel por até 3 meses

Relator da Medida Provisória 838, o deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) proporá a prorrogação "por dois ou três meses" da subvenção ao óleo diesel, negociada entre governo e caminhoneiros, durante a greve da categoria, no fim de maio. Ele apresentará seu relatório nesta quarta-feira e afirma, já estar conversando com o governo a esse respeito.

A MP prevê que o subsídio, que viabilizou um desconto de R\$ 0,46 no preço do combustível na bomba, acabe em 31 de dezembro deste ano, um dia antes da posse do novo presidente a ser eleito em outubro. Pelos cálculos do governo, a subvenção custaria aos cofres públicos cerca de R\$ 9,5 bilhões no período previsto para vigorar, entre 1º de junho e o fim do ano.

"Há um corte [do subsídio] previsto para o dia 31 de dezembro que poderá colocar o próximo governo em uma situação muito delicada", disse ele ontem, após audiência pública sobre a MP no Senado. "O próximo presidente, que toma posse no dia 1º de janeiro, já assume em uma 'saia justa' com uma bomba relógio para desarmar."

Jardim disse que vem conversando sobre o tema com o Ministério da Fazenda e o de **Minas e Energia**. Uma ideia é criar uma fonte adicional de recursos ainda neste ano, cortando de outras rubricas para viabilizar a prorrogação do subsídio. Uma segunda alternativa seria que o Executivo previsse essa despesa na Lei Orçamentária Anual (LOA), ou o Orçamento da União, que precisa ser votada até o fim do ano pelo Congresso.

"Estamos conversando com o Executivo sobre isso. Acho que a prorrogação deveria ser entre dois ou três meses", afirmou.

Jardim disse que as conversas com o governo prosseguiriam ao longo da noite de ontem e que seu texto estaria pronto na manhã de hoje. O presidente da comissão que analisa a MP 838, senador Dário Berger (MDB-SC), marcou a leitura e a votação do relatório de Jardim para esta quarta, às 14h30.

O deputado afirmou ainda que também conversa com o governo sobre incorporar em seu relatório a MP 847, que entre outras coisas restringe o subsídio ao diesel rodoviário (excluindo o marítimo e ferroviário), e estende a subvenção a distribuidoras que importam o combustível.

A MP foi enviada ao Congresso na semana passada e ainda não tem presidente nem relator nomeados. Segundo ele, a exclusão do benefício para os setores marítimo e ferroviário não altera o cálculo do governo para o valor da subvenção. "O cálculo já foi feito levando em conta o diesel rodoviário", explicou.

Na audiência de ontem, a União Nacional dos Caminhoneiros (Unicam) pediu a extensão do benefício "ao menos até dezembro de 2019", mas apenas para os motoristas autônomos e microempresários do setor. Assessor jurídico da entidade, Gilberto Freire apresentou uma proposta para que o desconto não seja mais aplicado na bomba, o que fez com que todos os proprietários de veículos a diesel se beneficiassem dele - inclusive donos de caminhonetes de

luxo. Em vez disso, o desconto seria gerido por meio das empresas de pagamento eletrônico de frete.

Procurados, o Ministério da Fazenda não quis comentar e o de Minas e Energia não respondeu até o fechamento desta edição.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Demanda por energia cresceu em setores mais afetados por greve de caminhoneiros

Os setores da economia que sentiram mais os efeitos da greve dos caminhoneiros, em maio, tiveram aumento na demanda por energia em junho, segundo dados contabilizados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) obtidos com exclusividade pelo **Valor**.

A CCEE, responsável pelo gerenciamento da comercialização de energia elétrica no Brasil, apresenta mensalmente os dados de uso de energia divididos por segmento de consumo no ambiente de contratação livre, mercado no qual os grandes consumidores - como as principais indústrias do país - podem escolher de quem comprar energia.

Em maio, excluindo as cargas novas, resultantes da migração de novos clientes para o mercado livre, o consumo de energia caiu 2,3% na comparação com o mesmo período do ano passado, refletindo, em grande parte, os efeitos da greve dos caminhoneiros.

Em junho, o mercado livre teve queda de 0,6%, demonstrando uma leve recuperação em relação a maio. Segundo a CCEE, apesar da leve retração, a compensação no consumo dos setores mais afetados pela greve confirma a recuperação de alguns ramos da atividade, que sofreram quedas significativas em maio.

A indústria de madeira, papel, e celulose, teve alta de 4,9% no consumo em junho, contra a queda de 1,7% sentida em maio. O setor de produção de veículos, por sua vez, teve alta de 4,8% no consumo. Em maio, a queda tinha sido de 4,7%.

A indústria alimentícia viu uma alta de 2,3% no consumo de energia em junho na comparação anual, depois de uma baixa de 11,2% em maio. O setor de bebidas, por sua vez, teve alta de 1,7%, contra a retração de 4,5% sentida no mês da greve.

A CCEE lembrou que a performance da produção industrial, divulgada pelo IBGE na semana passada, corrobora o resultado positivo de junho. Os setores que registraram as maiores quedas em maio foram os que tiveram as maiores influências positivas em junho, considerando as séries com ajuste sazonal.

O segmento de veículos, reboques e carrocerias teve alta de 47,1%, seguido por bebidas, com alta (33,6%), produtos alimentícios (19,4%), fabricação de produtos de maneira (17,6%) e celulose, papel e produtos de papel (17,9%). Esses setores foram os mesmos cujo consumo de energia subiu no mercado livre.

No acumulado no primeiro semestre do ano, o consumo de energia no mercado livre cresceu 1%.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Subsídios tarifários podem custar R\$ 1,4 bi a mais aos consumidores

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) propôs o aumento do orçamento da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE, fundo setorial pago por todos os consumidores por meio da tarifa) em R\$ 1,45 bilhão, elevando o total que será desembolsado de R\$ 18,8 bilhões para R\$ 19,6 bilhões. A proposta será submetida a audiência pública a partir de hoje, até 28 de agosto.

Administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) desde o ano passado, a CDE é um fundo setorial que inclui custeio de subsídios tarifários a diversos consumidores, como baixa renda e rural, custear a geração de energia nos Sistemas Isolados, garantir a modicidade tarifária, entre outros.

A revisão proposta foi motivada por um pleito da própria CDE, que identificou, com base nas despesas e receitas apuradas no primeiro semestre, que os recursos não seriam suficientes. O montante proposto é ainda menor do que o defendido pela CCEE, que tinha pedido uma suplementação de R\$ 2 bilhões no orçamento do fundo setorial para pagar o planejado e "suportar as eventuais contingências."

Segundo a área técnica da agência reguladora, parte do descasamento de caixa do fundo setorial se deu devido aos descontos tarifários concedidos às distribuidoras maiores que o esperado, por conta do reajuste médio das tarifas em R\$ 14,9% (também acima do esperado) e ao aumento da migração de consumidores para o mercado livre, na qual há descontos para consumidores de fontes incentivadas.

Os descontos tarifários subsidiados pela CDE tiveram o orçamento atualizado de R\$ 6,94 bilhões para R\$ 8,36 bilhões, uma vez que, entre janeiro e julho, os descontos somaram R\$ 4,7 bilhões. Já os descontos concedidos em transmissão foram reduzidos em R\$ 175 milhões, por conta do saldo que restou de 2017, quando houve superávit na arrecadação.

A mudança também já prevê que menos recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) serão transferidos à CDE, pois o prazo de "designação" das distribuidoras da Eletrobras foi adiado de julho até o fim deste ano. Desde que a estatal devolveu as concessões, em julho de 2016, os recursos da RGR têm sido utilizados para viabilizar a operação das concessionárias do Norte e Nordeste.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: José Gonçalves

Título: Fora dos trilhos

Com a greve os caminhoneiros conseguiram fazer algo que os ferroviários não conseguem fazer há mais de cinquenta anos: alertar a sociedade de que o Brasil precisa de mais ferrovias.

O governo, assustado e precipitado, por meio do seu Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), aprovou em 02 de julho de 2018 mais dois projetos ferroviários no plano de concessões: a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e o Ferroanel de São Paulo.

Parte dessas ferrovias seriam executadas em troca das renovações antecipadas dos contratos de concessão existentes. Assim o governo federal tenta avançar no seu programa das renovações, sem fazer uma discussão mais ampla do modelo de cada concessão e dos seus serviços e dos reais valores que esta renovação traz para a sociedade como um todo.

Assim que foi lançada a ideia, os governadores do Pará e do Espírito Santo se juntaram contra o governo federal, contestando as escolhas e exigindo que sejam priorizadas as ferrovias de seus Estados. Já os produtores do Mato Grosso se lançaram em defesa da ferrovia em seu Estado. A princípio todos têm razão e todos podem ser atendidos, como veremos abaixo.

Regularmente os telejornais em rede nacional noticiam o abandono dos ativos ferroviários públicos e que foram concedidos nos anos 1990. Tal abandono, dá-se pelo modelo que o então governo federal adotou na época, e que resultou numa redução significativa da participação ferroviária na matriz de transporte de cargas e na extinção do transporte ferroviário de passageiros de longo

percurso. Não se pode tratar da mesma forma e com o mesmo modelo, ferrovias tão diferentes como, por exemplo, a Estrada de Ferro de Carajás, que fundamentalmente transporta minério de ferro da mina ao porto, com a malha paulista, que deveria movimentar carga geral e passageiros.

Além da discussão de novos modelos para cada concessão ou segmento ferroviário, os valores corretos de outorga das concessões, se bem aplicados, podem fazer com que o país retome de vez o transporte ferroviário tanto de cargas como de passageiros.

Os preços de outorga no Brasil não correspondem nem de longe ao valor real que cada ferrovia tem de fato. Para tanto, vamos focar em dois exemplos de concessões do modelo que o governo insiste em renovar sem discussão: um da Estrada de Ferro Carajás, da Vale, e a Malha Paulista da Rumo, do Grupo Cosan.

A Vale investiu nos últimos anos R\$ 15 bilhões na duplicação da Estrada de Ferro Carajás para transportar seu minério da mina ao porto, e a sua concessão termina em 30 de junho de 2027. Como ela fez este investimento por sua vontade, ou seja, sem ser obrigada a fazê-lo pelo governo federal, podemos deduzir sem erro que o valor real é igual ou maior que esse.

É preciso novo modelo de transporte sobre trilhos, no contexto de cada concessão ou segmento ferroviário

Agora estaria recebendo uma prorrogação por mais trinta anos, ou seja, a sua concessão, que venceria em 2027, passaria a vencer em 2057. Se dez anos valem R\$ 15 bilhões, mais trinta anos valeriam ao menos R\$ 45 bilhões. O valor que o governo teria definido para receber como outorga nesta renovação, seriam os R\$ 4 bilhões que seriam investidos na Fico, ou seja, menos de dez por cento do seu valor real.

Outro caso concreto: o caso da renovação da concessão da Malha Paulista. Desde que ela foi anunciada e foi cada vez mais se concretizando a sua renovação, o valor das ações da Rumo, que é a controladora da Malha Paulista, multiplicaram por dez, saindo de R\$ 1,50 em janeiro de 2016 para R\$ 14,99 em maio de 2018.

Desse fato concreto se depreende o óbvio de que a valorização das ações da concessionária se deu, notadamente, pelo valor captado pela Malha Paulista pela expectativa da prorrogação do seu prazo de concessão por mais trinta anos, sem que a mesma seja objeto de uma nova concorrência.

Tal valorização fez com que o valor da companhia saltasse de R\$ 2,2 bilhões em 2016 para R\$ 22 bilhões em 2018, valor este advindo tão somente do anúncio da sua prorrogação. Neste caso, o governo não está considerando nenhum valor

de outorga, exigindo apenas que a empresa invista na melhoria da sua própria malha, valor este já precificado pelo mercado no valor das ações da companhia.

Usando os valores de R\$ 45 bilhões para Estrada de Ferro Carajás e R\$ 20 bilhões para Malha Paulista, podemos estimar que o conjunto das prorrogações de todas as concessões ferroviárias brasileiras podem vir a valer algo próximo de R\$ 100 bilhões.

Quando foram implantadas as privatizações ferroviárias, em meados dos anos 90, prevenindo a possibilidade do surgimento de concentração e abuso do poder econômico, havia uma regra que garantia que nenhum acionista poderia deter mais que 20% do total do controle de cada concessionária. Com o tempo esta obrigação foi revogada dos contratos e hoje o mercado é punido por duopólio formado pela Vale e pela Cosan, controladora da Rumo, que juntas detêm o controle de mais de 99% das concessões ferroviárias brasileiras.

Além disso, não resta dúvida que o modelo anunciado pelo governo federal para a licitação da concessão que ele pretende fazer da Ferrovia Norte Sul não conseguirá atrair outros interessados que não as empresas controladas pelas mesmas, Vale e Cosan, uma vez que o direito de passagem pela Malha Paulista, ao sul e pela estrada de Ferro Carajás, ao norte, não garante acesso aos portos.

A FerroFrente não se coloca, a princípio, contra as prorrogações das concessões ferroviárias, mas sim contra o modelo que foi adotado nos anos de 1990 e que não trouxe os resultados que a sociedade brasileira tanto precisa, como ficou evidenciado na recente greve dos caminhoneiros que parou o Brasil. Nem cabe a ela contestar as atitudes dos investidores e executivos das concessionárias privadas. Eles buscam lucros e bônus, o que é legítimo.

O que se propõe é ampliar a discussão a outros órgãos de governo e de controle, além dos técnicos do Ministério dos Transportes e da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), garantindo a total transparência para a construção de um novo modelo de transporte sobre trilhos, no contexto de cada concessão ou segmento ferroviário, permitindo assim uma adequada utilização dos ativos públicos ferroviários com a ampliação da ferrovia na matriz de transporte do Brasil.

José Manoel Ferreira Gonçalves é engenheiro e presidente da FerroFrente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Privatização da Petrobras, tema sensível entre os candidatos

O futuro da Petrobras tem sido um tema recorrente - e controverso - dentro do debate eleitoral. Levantamento do **Valor** mostra que, entre os 13 candidatos à Presidência confirmados nas convenções partidárias, a maioria é contra a privatização da companhia: ao menos sete dos presidenciáveis já se pronunciaram de forma mais enfática contra a desestatização.

Cinco candidatos adotam um discurso menos estatizante. Jair Bolsonaro (PSL), Geraldo Alckmin (PSDB), Álvaro Dias (Podemos), Henrique Meirelles (MDB) e João Amoêdo (Novo) pregam um destino mais pró-mercado para a Petrobras, embora não apresentem um discurso uniforme. No grupo há quem descarte a venda do controle, mas defenda a alienação de seus ativos. Outros são a favor ao aumento da participação do capital privado na petroleira.

Na lista dos presidenciáveis contrários à desestatização da empresa estão, em sua maioria, nomes atrelados aos partidos de centro e da esquerda, como Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Ciro Gomes (PDT), Marina Silva (Rede), Guilherme Boulos (Psol), Vera Lúcia (PSTU) e João Goulart Filho (PPL). Cabo Daciolo (Patriota), posicionado à direita do espectro ideológico, mas de perfil nacionalista, também é contra a venda da estatal.

O **Valor** não encontrou registros recentes sobre a posição de José Maria Eymael (DC). No debate eleitoral de 2014, porém, ele já havia se manifestado contrário à desestatização da empresa. Este ano, Eymael comentou, em seu perfil oficial no Facebook, sobre a crise em torno da política de preços da Petrobras, durante a greve dos caminhoneiros, e fez críticas aos reajustes diários, que, segundo ele, impedem "qualquer planejamento financeiro, fragilizando as famílias, os caminhoneiros e sucateando os revendedores".

A privatização é um tema recorrente na corrida eleitoral, mas o debate sobre o papel social da Petrobras ganhou novos contornos desde maio, quando a greve dos caminhoneiros alçou a política de preços dos combustíveis praticada pela companhia ao centro das contestações da opinião pública. Durante a paralisação, praticamente todos os candidatos se colocaram contra a política de preços da empresa, que prevê reajustes diários, de acordo com a variação do dólar e dos preços internacionais do petróleo e derivados.

Preso em Curitiba (PR), Lula pode ter sua candidatura barrada pela Lei da Ficha Limpa, por ter sido condenado em segunda instância a 12 anos e um mês de prisão por crimes de corrupção e lavagem de dinheiro envolvendo justamente contratos da Petrobras com a empreiteira OAS. O discurso nacionalista de Lula sobre a Petrobras, marca de seu governo na década passada, tem sido reforçado em suas redes sociais.

No perfil oficial do Twitter de Lula, é possível encontrar mensagens contrárias ao programa de venda de ativos da estatal, à flexibilização das regras de conteúdo local e ao fim da exclusividade da Petrobras na operação dos campos do pré-sal - a política de nacionalização e a figura do operador único do pré-sal eram duas das principais bandeiras do governo Lula na área de óleo e gás.

"A desvalorização da Petrobras com a venda de empresas controladas, a perda de mercado no Brasil, a opção por se tornar mera exportadora de óleo cru etc etc é dezenas de vezes maior que os alegados R\$ 6 bilhões que teriam sido desviados nos casos investigados pela Lava-Jato", menciona uma mensagem publicada no perfil de Lula no Twitter no dia 2 de julho.

Essa também é a tônica dos discursos do candidato Ciro Gomes, que tem prometido, se vencer as eleições, expropriar, "com as devidas indenizações", todas as áreas de partilha da produção licitadas pelo governo Michel Temer depois do fim da operação única da Petrobras no pré-sal e arrematadas por petroleiras estrangeiras. Ele também prometeu "tomar e volta" o campo de Carcará, no pré-sal da Bacia de Santos, vendido pela Petrobras à Equinor (ex-Statoil).

"Vou tomar de volta, pagar a devidas indenizações, porque isso é um patrimônio brasileiro que vamos explorar em real, para dar o resultado disso não para a Noruega, mas para os brasileiros... Petróleo não se privatiza em nenhum lugar do mundo sério", disse o pedetista, ao participar na semana passada do programa Central das Eleições, da GloboNews.

Esse discurso é contrabalançado pelo candidato mais popular nas pesquisas, depois de Lula. Bolsonaro já disse, no início do ano, ser favorável à privatização da Petrobras, desde que mantida a golden share. Na semana passada, ele voltou a admitir a possibilidade de privatizar a estatal, se isso significar combustíveis com um "preço compatível".

"O preço do combustível não pode continuar nesse nível que está. E vimos [na semana passada] um lucro monstruoso da Petrobras. Quem é que faz o preço da Petrobras? Ninguém quer [dar] canetada nenhuma aqui. Será que esse percentual [preço nas refinarias] não pode ser menor um pouquinho? Vamos quebrar a população, o trabalhador, para atender a interesses outros de pagar a dívida da Petrobras? Não há solução mágica para isso... Se não tiver solução eu sugiro privatizar a Petrobras, acabar com esse monopólio estatal", disse, na GloboNews.

Alckmin também já chegou a defender, no início do ano, ser "totalmente favorável" à privatização, mas depois recuou. Atualmente, se diz favorável à

venda de ativos da Petrobras, sobretudo os campos maduros do pós-sal e as refinarias, mas que a estatal mantenha sua expertise no pré-sal.

"Defendo que [para] os poços maduros, especialmente os do pós-sal, a gente traga empresas de fora para poder tirar mais petróleo e gás. Isso vai gerar muito emprego no Nordeste, trazer muitas empresas para cá... Defendo quebrar na prática o monopólio do refino, trazer investimento privado, para gente poder ampliar refinaria no Brasil com investimento privado", disse, na GloboNews.

Álvaro Dias defende algo parecido: privatizar o "entorno da Petrobras", em referência aos ativos, e não o controle da companhia em si.

"A Petrobras, em um primeiro momento, eu não privatizaria. Até porque foi tremendamente desvalorizada. É preciso recuperá-la, é preciso retirá-la definitivamente das mãos sujas de corrupção, daqueles que a assaltaram nos últimos anos, a aparelhando partidariamente... Mas nós privatizaríamos o entorno, estabeleceríamos competição: na prospecção, exploração, distribuição, refinarias. É evidente que isso vai dinamizar a Petrobras, sem entregar o seu comando", afirmou, na GloboNews.

Em sua conta no Twitter, Boulos contestou, por sua vez, os desinvestimentos da companhia. Segundo o candidato do Psol, a venda de ativos nada mais é do que uma "privatização branca" da estatal.

Já Marina Silva descarta privatizar a Petrobras, mas adota um tom mais moderado no debate. Ela defende que a gestão da companhia precisa ser feita de uma forma "não dogmática", que considere o papel social da companhia, sem, contudo, ignorar as leis de mercado. Sobre a crise envolvendo a política de preços da estatal, afirmou que a petroleira poderia ter absorvido parte do impacto da variação do preço do petróleo na greve dos caminhoneiros, "mas que o presidente da Petrobras [Pedro Parente] não entendeu o papel estratégico" da empresa.

"É preciso ter uma atitude não dogmática. O Brasil já pagou preço por duas posturas dogmáticas: tanto a dogmática contra o mercado, com a Dilma [Rousseff], quanto a dogmática pró-mercado, como é o caso da Petrobras [atual]. A Petrobras é uma empresa que tem de estar de acordo com as leis do mercado. É uma empresa altamente integrada a cadeias produtivas globais, está sujeita a variação do dólar, mas tinha condições de manejar a situação [aumentos sucessivos dos preços dos derivados]", afirmou na GloboNews.

Meirelles tem defendido a pulverização do capital da Petrobras. "Tem que aumentar o capital privado na Petrobras. A Petrobras tem que ser capitalizada

cada vez mais por capital privado, principalmente da Bolsa", disse, em sabatina da Istoé, em junho.

João Amoêdo, por sua vez, tem discursado a favor do "fim das estatais" e "abertura dos mercados". Ele também defendeu a venda das refinarias da Petrobras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Especial

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Novo governo deve manter agenda do setor, defende IBP

Seja quem for eleito presidente da República, em outubro, o novo governo precisará manter a agenda atual da indústria de petróleo e gás natural do país. A avaliação é do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP). Uma das prioridades da agenda é a manutenção do calendário de licitações de áreas exploratórias de petróleo e gás, o que garante a sustentabilidade da cadeia do setor. De acordo com a última decisão do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em junho, estão previstos leilões regulares até, pelo menos, 2021.

"A decisão de qual vai ser a filosofia que vai governar o país vai ser definida na eleição e vamos continuar com a coerência com a nossa agenda", afirmou o presidente do IBP, José Firmo. "Vimos, nos últimos dois anos, o que é necessário e o que é possível fazer para manter a atratividade dos investimentos no Brasil. Obviamente que a gente acredita na continuidade dessa agenda".

Os recentes ajustes no marco regulatório do setor petrolífero, como a extensão do regime aduaneiro do Repetro, o aperfeiçoamento das regras de conteúdo local e o fim da obrigatoriedade da Petrobras como operadora única no pré-sal, atraíram um grande número de petroleiras, nacionais e estrangeiras, que desembolsaram R\$ 21,1 bilhões nos últimos cinco leilões da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Esse é o mesmo apetite que o IBP prevê para a próxima Rio Oil & Gas, maior evento da indústria petrolífera da América Latina e um dos principais da agenda mundial do setor, que ocorrerá na última semana de setembro, às vésperas da 5ª Rodada do Pré-sal e uma semana antes do primeiro turno das eleições.

Não à toa, o instituto prevê um crescimento de 20% do número de visitantes da feira, em relação à última edição, em 2016, no olho do furacão das crises econômica brasileira e petrolífera mundial, totalizando agora 41 mil pessoas. Na

mesma comparação é aguardado um crescimento de 22% do número de participantes do congresso, para 5 mil pessoas.

Na rodada de negócios que será promovida pelo Sebrae, a expectativa é de um crescimento de 30% do volume de negócios firmados, que havia alcançado R\$ 181 milhões na edição de 2016.

"Em 2016, tínhamos uma recuperação potencial. Agora temos uma recuperação real. Os efeitos da recuperação já estão em andamento. As rodadas foram realizadas com muito sucesso nos últimos dois anos. Há a previsão de início de atividade exploratória. Os negócios que foram fechados no Brasil já começaram a gerar a próxima onda de crescimento", disse Firmo.

Segundo o secretário-geral do IBP, Milton Costa Filho, um dos destaques do congresso será a inclusão de um quinto bloco de debates dedicado à Tecnologia Digital. Até então, a Rio Oil & Gas tinha quatro blocos tradicionais: Exploração e Produção, Gás e Energia, Downstream (Refino e Abastecimento) e Gestão da Indústria.

"É o único congresso de petróleo no mundo que tem um bloco dedicado à tecnologia digital. Essa questão será muito forte nesse evento", disse Costa Filho.

Os executivos do IBP também destacaram o potencial de geração de valor que o evento proporciona à capital fluminense. Uma pesquisa feita com relação à Rio Oil & Gas de 2014 indicou que o evento trouxe R\$ 200 milhões de geração de valor para a cidade. "Esse é o maior evento de negócios do Rio de Janeiro", completou Costa Filho.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Sindicatos ameaçam ir à Justiça contra nomeação na Eletrobras

Sindicatos que representam os funcionários da Eletrobras pretendem entrar na Justiça esta semana contra a nomeação do novo consultor jurídico da companhia, Ricardo Brandão. As entidades alegam a existência de conflito de interesses já que Brandão é funcionário da Advocacia Geral da União (AGU), que está em polo oposto à estatal em disputa judicial sobre o empréstimo compulsório, um processo de R\$ 14 bilhões.

Na disputa, a Eletrobras quer que a União seja considerada responsável solidária e desembolse a metade dos juros e correção monetária do empréstimo

compulsório, extinto em 1993, devido a consumidores, um montante em torno de R\$ 7 bilhões.

"Vamos entrar na Justiça", disse Emanuel Torres, diretor do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ), questionando também a área de conformidade da estatal, por não ter rejeitado a nomeação de Brandão.

De acordo com o dirigente, os sindicatos estão organizando um protesto para ocorrer na sexta-feira, às 13h, em frente ao escritório da estatal, no Centro do Rio, contra a nomeação de Brandão e contra o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Júnior.

A Associação dos Empregados da Eletrobras (Aeel), ligada às centrais sindicais, enviou duas cartas à diretoria da companhia se posicionando de forma contrária à nomeação de Brandão ao principal cargo jurídico do grupo estatal.

"O consultor jurídico da Eletrobras tem enorme poder de decisão em relação a teses e pareceres jurídicos da empresa, estando acima da superintendência jurídica da holding e das áreas jurídicas de todas as empresas do Sistema Eletrobras [...] É nítida e clara a tipificação de conflito de interesse de grande envergadura, haja vista que União e Eletrobras estão em polos opostos em disputas judiciais sobre o empréstimo compulsório de R\$ 14 bilhões", informou a Aneel em uma das cartas.

A associação acrescentou ainda que daria ciência do caso a "todo o mercado de capitais" e aos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), onde está sendo discutido o processo do empréstimo compulsório.

Procurada, a Eletrobras apenas confirmou a nomeação do consultor jurídico.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Cresce inadimplência no mercado de curto prazo

A Ceron, distribuidora de Rondônia controlada pela Eletrobras, foi responsável pela maior parte dos R\$ 850 milhões da "inadimplência real" apurada na liquidação das operações do mercado de curto prazo de energia de junho, apurou o **Valor**.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) informou ontem que a operação movimentou R\$ 2 bilhões dos R\$ 10,2 bilhões contabilizados, configurando uma inadimplência de R\$ 8,2 bilhões, ou 80,4%.

Do valor não pago, R\$ 7 bilhões estão relacionados às liminares do déficit de geração das hidrelétricas (medido pelo fator GSF, na sigla em inglês). O montante represado pelas decisões judiciais subiu em comparação com a liquidação de maio, quando tinha chegado a R\$ 6,17 bilhões. Isso aconteceu por causa do início do período seco, com aumento dos preços de energia no mercado de curto prazo.

O total de R\$ 1,18 bilhão representa outros valores em aberto na operação, sendo que cerca de R\$ 300 milhões são referentes a processos de parcelamento dos débitos e cumprimento de outras decisões judiciais.

Os R\$ 850 milhões restantes envolvem a inadimplência considerada real pela CCEE, e a maior parte deste montante é devida pela Ceron, uma das concessionárias da Eletrobras que pode ser privatizada até o fim deste mês.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Curtas

Comgás lucra menos

A Comgás registrou lucro líquido de R\$ 114 milhões no segundo trimestre de 2018, queda de 22,1% na comparação com o mesmo período do ano passado. De abril a junho de 2018, ante igual intervalo de 2017, a receita subiu 17%, para R\$ 1,6 bilhão. Esse avanço refletiu o aumento das tarifas no período e maior volume distribuído, cuja alta total foi de 3%. O custo total de bens e serviços vendidos, composto principalmente pelo custo do gás, transporte e construção, totalizou R\$ 1,14 bilhão no segundo trimestre, alta de 31,6% na comparação anual. As despesas operacionais também subiram, 7,4%, para R\$ 207,5 milhões. O lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) recuou 9,7%, para R\$ 330,8 milhões. O resultado financeiro também influenciou a queda do lucro, já que a despesa financeira líquida subiu 60% em relação ao segundo trimestre de 2017, para R\$ 66 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Neil Hume | Financial Times, de Londres****Título: Combate à poluição na China puxa cotação do minério**

Uma mobilização do governo chinês contra a poluição e o excesso de capacidade de produção de aço levou o preço do minério de ferro para perto de US\$ 70 pela primeira vez em quase seis meses.

O ingrediente usado na fabricação do aço vem se mostrando em grande parte imune às tensões macroeconômicas que vêm desencadeando vendas pesadas e persistentes de metais industriais. Embora o preço do cobre tenha caído 15% desde o começo de junho, em razão dos temores de que as escaramuças comerciais entre os Estados Unidos e a China venham a afetar o crescimento global, o preço do minério de ferro aumentou 9%.

Ontem, a matéria-prima subiu US\$ 1,95, ou 2,9%, para US\$ 69,50 a toneladas, segundo a S&P Global Platts. O minério de ferro é uma fonte de renda importante para as mineradoras como a Vale, Rio Tinto e BHP Billiton.

Analistas afirmam que outros fatores também estão ajudando a dar suporte, tanto na oferta como na demanda

Com o governo chinês se mostrando severo com o excesso de capacidade de produção e se preparando para decretar medidas mais duras para conter a poluição no inverno, as usinas siderúrgicas estão se mexendo para tirar vantagem dos preços mais altos. O vergalhão - um produto siderúrgico bastante usado na construção - atingiu seu maior nível em seis anos ontem, no momento em que episódios de falta de energia atingem Hebei, a principal província produtora de aço da China.

Uma maneira de produzir aço mais eficientemente é usar minério de ferro de alta qualidade, que as siderúrgicas chinesas estão comprando da Austrália e do Brasil. Esse tipo de minério produz mais aço para cada tonelada usada da commodity e também pode reduzir as emissões.

A China já é o maior consumidor de minério de ferro do mundo. Do total consumido, cerca de dois terços do fornecimento ocorrem por via marítima.

"Não há dúvidas de que a reestruturação da indústria siderúrgica chinesa chegou para ficar", afirmou na semana passada a analistas Jean-Sébastien Jacques, executivo-chefe da Rio Tinto, depois que a mineradora anunciou os

resultados do primeiro semestre. "Isso não significa que eles irão reduzir a produção... mas eles precisarão de qualidades melhores."

De fato, a produção de aço da China se mostra relativamente robusta, apresentando um crescimento de 7,5% em junho sobre o mesmo período do ano passado, para o recorde de 80,2 milhões de toneladas, segundo a ANZ.

"Está absolutamente claro que nossos clientes na China estão se aproximando dos clientes que temos no Japão... bastante preocupados em como otimizar seus altos-fornos", disse Jacques.

A agência de avaliação de crédito Fitch estima que desde março de 2016 a China eliminou 260 milhões de toneladas de capacidade de produção de aço, ajudando a apertar o mercado e colocar um piso nos preços. Ela avalia que a utilização de capacidade aumentou, de 70 a 75% para mais de 85%.

Analistas afirmam que outros fatores também estão ajudando a dar suporte ao minério de ferro. O governo chinês recentemente sinalizou uma mudança em direção ao apoio ao crescimento econômico no curto prazo, enquanto se prepara para uma guerra comercial com os EUA potencialmente danosa.

"A China continua com a retórica de que deseja rebalancear sua economia, fazendo com que ela deixe de ser liderada pelos investimentos, mas quando o crescimento se tornar uma preocupação, o impulso natural é retornar ao método testado e comprovado de investimentos em ativos fixos patrocinados pelo governo", disse a BMO Capital Markets em um relatório. "Desta vez, os financiamentos deverão vir da redução das exigências de reservas de capital para o setor bancário."

No lado da oferta, Daniel Hynes, analista da ANZ, disse que as exportações australianas devem crescer apenas 16 milhões de toneladas este ano, o menor nível desde 2006. Ao mesmo tempo, a produção do Brasil estará em baixa no restante do ano por causa do fechamento da Minas Rio, uma mina controlada e operada pela Anglo American.

Além disso, a produção doméstica chinesa de minério de ferro caiu de cerca de 400 milhões de toneladas há poucos anos, para estimados 240 milhões de toneladas atualmente, por causa de reformas no lado da oferta e foco maior na segurança.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Chiara Quintão | De São Paulo****Título: Locações da BR Properties já superam total de 2017**

A BR Properties fechou locação de 81 mil metros quadrados desde o início do ano, total que supera os 80 mil metros quadrados do acumulado de 2017. Ontem, a companhia assinou dois contratos de aluguel de 13,6 mil metros quadrados do Ventura Corporate Towers para inquilinos do setor de óleo e gás, no Rio de Janeiro. Neste mês, a Petrobras devolveu à BR Properties 21,9 mil metros quadrados de área bruta locável (ABL) da Torre Leste do Ventura e pagou multa equivalente aos valores de aluguel que seriam desembolsados até o fim do ano.

Em julho, a companhia assinou contrato de locação de 36 mil metros quadrados do Edifício Passeio Corporate, no Rio de Janeiro, para a Caixa Econômica Federal. De abril até ontem, a BR Properties alugou 65 mil metros quadrados, seu maior volume de locação de escritórios comerciais em período semelhante.

Segundo o diretor financeiro e de relações com investidores da BR Properties, André Bergstein, os contratos assinados desde julho geram Ebtida de R\$ 57 milhões em 12 meses. No fim de junho, a BR Properties tinha taxa de vacância financeira de 23,3% e física de 31,3%. Se consideradas as locações fechadas no terceiro trimestre, a vacância financeira cai para 21,6%, e a física, para 27,7%. No fim de junho, o portfólio da companhia tinha valor de R\$ 7,69 bilhões.

Na avaliação do presidente da BR Properties, Martín Jaco, os preços de locação de escritórios comerciais tendem a continuar estáveis em São Paulo, "com algumas transações fechadas com valores maiores", e se manter, no Rio de Janeiro, no terceiro trimestre. O executivo ressalta que o movimento de migração de inquilinos para espaços de melhor qualidade - conhecido como "flight-to-quality" -, ocorrido em São Paulo nos últimos quatro anos, começa a ser observado no Rio.

"A locação de ativos continua a ser nossa principal preocupação", afirma Jaco. No segundo trimestre, a companhia de propriedades comerciais também fechou compromisso de aquisição de terreno para desenvolvimento de galpões em Cajamar (SP) e concluiu a venda do Edifício Celebration, em São Paulo, por R\$ 57 milhões. O presidente da BR Properties destaca também que o período foi marcado pela repactuação de dívidas da empresa.

A BR Properties registrou receita líquida de R\$ 104,6 milhões, estável ante o segundo trimestre do ano passado. O Ebtida ajustado (que exclui a despesa não

caixa do plano de opções) caiu 4%, para R\$ 79,4 milhões, como consequência de aumento das despesas de vacância devido às aquisições dos últimos 12 meses. A margem Ebitda foi reduzida de 79% para 76%.

O prejuízo líquido da BR Properties cresceu sete vezes no segundo trimestre, ante o mesmo período de 2017, para R\$ 61,7 milhões. A perda resultou de R\$ 99,3 milhões de despesa não caixa referente à contabilização da desvalorização cambial sobre o bônus perpétuo denominado em dólares. Na comparação dos dois períodos, a despesa financeira líquida cresceu 58%, para R\$ 139,7 milhões.

As despesas gerais e administrativas tiveram queda de 9%, para R\$ 26,8 milhões.

No fim de junho, a BR Properties tinha dívida bruta de R\$ 3,4 bilhões, caixa de R\$ 968,2 milhões e dívida líquida de R\$ 2,434 bilhões. O portfólio da companhia era de R\$ 7,69 bilhões no encerramento do trimestre.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho | Do Rio

Título: Lucro da PetroRio cresce 50% e totaliza R\$ 70,6 mi no 2º trimestre

A PetroRio fechou o segundo trimestre deste ano com um lucro líquido de R\$ 70,6 milhões, o que representa um aumento de 49,8% em relação a igual período de 2017. Já a receita líquida da petroleira subiu 54% e atingiu R\$ 239,4 milhões, o melhor resultado trimestral da história da companhia.

A empresa atribui os ganhos ao resultado operacional, que foi beneficiado pelo aumento dos preços do barril do petróleo no mercado internacional. A valorização compensou até a queda da sua produção da commodity.

Já o Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização na sigla em inglês) da PetroRio atingiu os R\$ 85,8 milhões, alta de 30% frente ao segundo trimestre de 2017, enquanto o lucro operacional cresceu 132%, para R\$ 118,4 milhões.

A companhia destacou que encerrou o trimestre com uma "posição robusta de caixa", de R\$ 722 milhões, "o que dá à PetroRio suporte à estratégia de expansão por meio de aquisições".

A petroleira possui dois ativos em fase operacional. A empresa opera, com 100% de participação, o campo de Polvo, na Bacia de Campos, e detém uma fatia de 10% no campo de gás natural de Manati, na Bacia Camamu-Almada.

As receitas com Polvo totalizaram R\$ 211,4 milhões, aumento de 61,9% frente ao segundo trimestre de 2017, mesmo tendo a produção recuado 11,8%, para uma média de 8,7 mil barris diários de petróleo. Segundo a empresa, o aumento das receitas é atribuído, em parte, à valorização do preço do barril do petróleo e ao câmbio favorável.

A produção do campo tende a crescer no terceiro trimestre. Desde abril, a PetroRio está investindo na perfuração de novos poços na área de concessão, como parte do projeto de revitalização do campo maduro, que já se encontra em fase de declínio natural.

Em julho, por exemplo, o volume produzido em Polvo chegou a 9,5 mil barris/dia. A partir de agosto, a empresa conta com dois novos poços em produção - que representam um aumento de mais de 50% na produção diária do campo.

Manati, por sua vez, contribuiu com receitas de R\$ 28 milhões no segundo trimestre, um crescimento de 12,2%. Houve um aumento de 9,3% na produção de gás natural, para 447 mil metros cúbicos diários, como reflexo do crescimento da demanda.

O campo é operado pela Petrobras, com uma participação de 35%, em sociedade com a Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), com uma fatia de 45%, e GeoPark, com 10%.

MME / ASCOM .